

A SENHORA PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO DO MUNICÍPIO DE IRUPI/ES

REGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2022 - PROCESSO Nº 242/2022

AUTOLOC COM. E REP. DE VEÍCULOS E MÁQ. LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.951.836/0001-58, sediada à Avenida Dom Aluísio A. dos Santos nº 671, NSA. da Conceição, Morada Nova/CE, licitante vencedora do certame e interessada direta no procedimento licitatório em epígrafe, vem, mui respeitosamente, por meio de seu Sócio Administrador in fine assinado, perante vossa senhoria, nos termos do § 3º, do Art. 109, da Lei 8.666/93 e Art. 4º, inciso XVIII da Lei 10.520/2002, c/c Art. 26 do Decreto Federal 5.450/2005, c/c § 2º do Art. 44 do Decreto Federal 10.024/2019, c/c o item 36.1 do respectivo Edital, oferecer tempestivamente suas **Contrarrrazões Recursais** em face do recurso administrativo interposto pela empresa **TRACTORBEL EQUIPAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **22.873.238/0001-64**, que inconformada com o resultado do certame busca tisanar um processo licitatório lícito e transparente, e para contrapor passa-se a aduzir as razões de fato e direito:

I- DO OBJETO DESTAS CONTRARRAZÕES:

Alega a recorrente em apertada síntese, os seguintes pontos:

A- NÃO APRESENTAÇÃO POR PARTE DA RECORRIDA DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA COMPATÍVEL, DESOBEDECENDO AO DO EDITA.

B- IMPOSSIBILIDADE DA RECORRIDA DE APRESENTAR GARANTIA PARA O OBJETO OFERTADO.

II - DAS CONTRARRAZÕES FÁTICAS E JURÍDICAS:

A Prefeitura Municipal de Irupi/ES, promoveu com transparência, lisura e dentro dos ditames legais que regem o instituto das licitações (Lei Federal nº 10.520/2002, pelo Decreto Federal 5.450/2005, pelo Decreto Federal 10.024/2019, pela Lei Complementar nº 123/2006, e, subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666/1993), o Pregão Eletrônico Nº 021/2022, com vistas ao objeto recorrido. Ocorre, que agora a empresa **TRACTORBEL EQUIPAMENTOS LTDA**, inconformada por não ter vencido o certame, tenta induzir a Douta Pregoeira ao erro, com seu frágil recurso que será totalmente contraposto nesta peça recursal.

Passamos a combater o frágil argumento da recorrente:

A- NÃO APRESENTAÇÃO POR PARTE DA RECORRIDA DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA COMPATÍVEL, DESOBEDECENDO AO DO EDITA.

O edital de regência do certame foi bem claro com relação aos requisitos de habilitação, seguindo restritamente os ditames legais, e nessa toada nem mesmo exigiu a apresentação de atestado de capacidade técnica, pois o objeto licitado tratasse de produto para a pronta entrega.

Contudo, mesmo assim demonstraremos que a documentação apresentada é plenamente legal e pertinente ao objeto licitado.

Mesmo sem a exigência do edital apresentamos atestado de capacidade técnica de uma venda de uma retroescavadeira, compatível com objeto licitado, pois o objeto tratasse de aquisição de máquinas pesadas, onde podemos agrupar tratores de esteira, retroescavadeiras, motoniveladoras, enchedeiras, pás-carregadeiras, dentre outros.

Parece que a empresa recorrente desconhece o tipo de equipamento que ela mesma vende.

No mais o entendimento doutrinário é pacífico que o objeto necessita ser similar e não igual ao licitado.

Acórdão 679/2015 – Plenário – TCU

9.3.1. a exigência contida no subitem 4.2.2.3, alínea d.1, do instrumento convocatório da Concorrência 22/2014 não guarda conformidade com o disposto no art. 30, § 3º, da Lei de Licitações e com a jurisprudência deste Tribunal, sendo certo que sempre deve ser admitida a comprovação de aptidão por meio de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior àquela objeto do certame; (grifo nosso)

Acórdão 2382/2008 Plenário (Voto do Ministro Relator)

O art. 30, inciso II, da Lei no 8.666/1993, estabelece que comprovação de aptidão para desempenho de atividade deve ser pertinente e compatível, em características, quantidades e prazos, com o objeto da licitação.

A melhor exegese da norma e a de que a referida comprovação de aptidão deva ser demonstrada exclusivamente mediante a comprovação de serviços similares. (grifo nosso)

Nesse sentido, o § 5º do referido art. 30, veda a exigência de comprovação de aptidão com quaisquer limitações não previstas na Lei que inibam a participação na licitação.

Além da jurisprudência, vamos ver a opinião de alguns doutrinadores sobre esse assunto:

Mestre Marçal Justen Filho em “Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos” – 1ª Edição AIDE Editora – Rio de Janeiro, 1993.

“É Proibido rejeitar atestados, ainda que não se refiram exatamente ao mesmo objeto licitado, quando versarem sobre obras ou serviços similares e de complexidade equivalente ou superior. A Similitude será avaliada segundo critérios técnicos, sem margem de liberdade para a administração.” (grifo nosso)

Ainda, Marçal Justen Filho, in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Dialética, 11ª edição, pag. 336, ao comentar o art. 30 da Lei nº 8.666/1993, que trata da qualificação profissional do licitante:

“Vale insistir acerca da inconstitucionalidade de exigências excessivas, no tocante à qualificação técnica. Observe-se que a natureza do requisito é incompatível com a disciplina precisa, minuciosa e exaustiva por parte da Lei. É impossível deixar de remeter à avaliação da Administração a fixação dos requisitos de habilitação técnica. Essa competência discricionária não pode ser utilizada para frustrar a vontade constitucional de garantir o mais amplo acesso de licitantes, tal como já exposto acima. A Administração apenas está autorizada a estabelecer exigências aptas a evidenciar a execução anterior de objeto similar. (...)”

Como demonstrado, o atestado de capacidade técnica apresentado por esta recorrida seguiu rigorosamente o que preceitua o edital de regência do certame e a doutrina sobre o tema, não podendo ser considerado inapropriado para o certame.

B- IMPOSSIBILIDADE DA RECORRIDA DE APRESENTAR GARANTIA PARA O OBJETO OFERTADO.

Assim como na questão referente à qualificação técnica a recorrente não fundamenta nos termos do edital nem da legislação sua irrisignação, apenas cria fatos de sua idealização com o intuito de mudar o resultado do certame.

Inicialmente destacamos que a declaração apresentada pela recorrente para tentar desqualificar nossa empresa não prospera, pois temos que compreender que a declaração apresentada pela empresa **LIUGONG LATIN AMERICA MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA**, somente tem serventia entre particulares e não para administração pública.

O particular não pode conceder reserva de exclusividade ou restrição de venda a terceiros, sendo este instrumento com utilização exclusiva da administração pública.

É importante destacar que a comprovação da exclusividade será realizada através de atestado ou certidão emitida por órgão do registro de comércio do local em que se realiza a licitação, por sindicato, federação, confederação patronal ou entidades equivalentes (art. 25, I, da Lei nº 8.666/93), pelo exposto o particular não pode determinar a outro particular o direito de revenda exclusiva ou restringir esse direito para administração pública, somente outro órgão da administração pública pode assim o fazer.

Apesar de a norma prever a possibilidade de entidades equivalentes também certificarem a exclusividade de um produtor, empresa ou representante comercial, **o Tribunal de Contas da União considera que esta competência não pode ser exercida por um fabricante de determinado produto, AINDA QUE ESTE SEJA O ÚNICO DA SUA REGIÃO.** Ou seja, os fabricantes não são considerados entidades equivalentes para fins de comprovação da exclusividade.

Segundo o TCU, *“apesar de a legislação explicitar que a emissão deve ocorrer por entidade imparcial, alguns fabricantes tentam emitir cartas de exclusividade de autoria própria com intuito de direcionar a negociação para revenda específica, mesmo em casos onde há mais de um revendedor autorizado a vender o produto. Desse modo, as organizações devem ficar atentas quanto à ilegitimidade da carta de exclusividade emitida por fabricante”*.

Além de considerar ilegal as cartas de exclusividade emitidas por fabricantes, o Tribunal de Contas da União determina que a administração pública deve adotar providências adicionais para garantir a veracidade das declarações.

Nobre Pregoeira, se o particular não pode conceder exclusividade de revenda ele também não pode restringir a revenda.

Tempestivamente, destacamos que a própria LIUGONG LATIN AMERICA MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA, **em sua declaração declarou que a máquina ofertada em nossa proposta terá garantia**, vejamos :

“Este declarante se reserva no direito de prestar apenas a garantia legal previsto no Código Civil e/ou no Código de Defesa do Consumidor, quando aplicável.”

Se a própria montadora declara que realizara a garantia (conforme solicitação do edital) não existem motivos para nossa desclassificação.

Destacamos o edital:

14.1. As regras sobre a garantia pelo fornecimento estão estampadas no Termo de Referência;

35.1. A proposta de preço deverá conter:

b) Prazo de Garantia: garantia de fábrica, não podendo ser inferior ao da lei 8.079 de 11/09/90 do Código de Defesa do Consumidor, no caso de não haver outra garantia expressamente estabelecida;

O edital foi limpo transparente e claro, deixando específico que a garantia do bem será conforme Código Civil e o Código de Defesa do Consumidor, sendo que a própria montadora declarou que cumprirá a garantia nestes moldes, caso a recorrida seja a revendedora do bem.

Pelo exposto fica claro que os argumentos da recorrente não merecem prosperar.

III. DO PEDIDO

Ante o exposto, requer que seja completamente indeferido o recurso proposto em função da inaplicabilidade de suas parcas alegações, bem como sejam aceitas as argumentações aqui demonstradas para que seja mantida a decisão que declarou a **AUTOLOC COM. E REP. DE VEÍCULOS E MÁQ. LTDA**, vencedora do certame, dando prosseguimento as demais fases de adjudicação e posterior homologação do objeto licitado. Termos em que pede e aguarda deferimento.

Morada Nova/CE em 01 de junho de 2022.

AUTOLOC COM. E REP. DE VEÍCULOS E MÁQ. LTDA
21.744.769/0001-94

José Weder Basílio Rabelo

CPF 485.227.833-49

Sócio proprietário/Representante legal